



EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS AGRÍCOLAS E O INCENTIVO À INICIATIVA PRIVADA NA AGRICULTURA BRASILEIRA.

GABRIEL JOSÉ BARBOSA; EBENEZER PEREIRA COUTO;

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

UBERLÂNDIA - MG - BRASIL

gabrieljbarbosa@famev.ufu.br

APRESENTAÇÃO ORAL

Evolução e estrutura da agropecuária no Brasil

Evolução das políticas agrícolas e o incentivo à iniciativa privada na agricultura brasileira.

Grupo de Pesquisa: Evolução e estrutura da agropecuária no Brasil

Resumo

A proposta deste ensaio é apresentar uma discussão das transformações estruturais e institucionais da agricultura brasileira no período de reformulação do padrão de intervenção pública no setor agrícola, quando se passou de forte coordenação, para um cenário de desregulamentação e esvaziamento das funções do setor público, com maior participação da iniciativa privada na regulação do processo produtivo. Na primeira parte é feita uma síntese do contexto de crise e reforma na base da política agrícola, definindo um novo ambiente institucional influenciado pelas questões de redução das barreiras às importações e formação de blocos econômicos regionais. Na segunda parte apresenta-se uma visão mais detalhada das mudanças nos instrumentos tradicionais de política agrícola, crédito preferencial e garantia de preços, fundamentalmente a redução da participação do setor público e o crescimento da participação do mercado.

Palavras-chaves: Setor agrícola, ambiente institucional, desregulamentação

Abstract

The proposal of this rehearsal is to present a discussion of the structural and institutional transformations of the Brazilian agriculture in the period of reformulation of the pattern of public intervention in the agricultural section, when happened of strong coordination,



for a deregulation scenery and emptying of the functions of the public section, with larger participation of the private initiative in the regulation of the productive process. In the first part it is made a synthesis of the crisis context and its reforms in the base of the agricultural politics, defining a new institutional atmosphere influenced by the reduction subjects of the barriers to the imports and formation of regional economical blocks. In the second part comes a more detailed vision of the changes in the traditional instruments of agricultural politics, preferential credit and warranty of prices, fundamentally the reduction of the participation of the public section and the growth of the participation of the market.

Key-Words: Agricultural section, institutional atmosphere, deregulation

1. INTRODUÇÃO

As reformas gerais da economia e o impacto sobre o setor agrícola

O contexto sucessivo às etapas de modernização do sistema produtivo, industrialização e consolidação dos Complexos Agroindustriais brasileiros traduziu-se numa inversão das políticas setoriais marcada por forte restrição orçamentária, com cortes no volume de crédito e nos subsídios das taxas de captação, tornando-as pós-fixadas e plenamente indexadas à inflação. Para Rezende (2003) as políticas fiscais e monetárias contracionistas afetaram a agricultura não apenas pelo impacto recessivo, mas também pela reforma no crédito rural, um dos principais instrumentos de modernização da agricultura. Assim, as transformações recentes do setor agrícola resultaram das reformas gerais e mudanças institucionais da economia brasileira nos anos 80 e 90, quer sejam, os planos de estabilização, contingenciamento dos gastos públicos, as privatizações e a abertura comercial e financeira da economia.

A primeira etapa, no início dos anos 80, deriva da crise no balanço de pagamentos provocando o chamado Ajuste Externo, com prioridade às exportações como forma de captar recursos para restaurar o equilíbrio através de *superávits* comerciais. De acordo com Rezende (2003) essa prerrogativa preservou o setor agrícola do ajuste fiscal e monetário do período, embora a política econômica assumira viés contracionista. Além disso, a produção voltada à exportação foi favorecida pela queda na cotação internacional do preço do petróleo, junto com a retirada de tarifas à importação de insumos agrícolas e pela política de desvalorização cambial. Goldin e Rezende (1993) afirmam que as maxidesvalorizações de 1979 e 1983 (ambas de 30%) impulsionaram as exportações agrícolas, que assumiram função estratégica para a economia no contexto de ajuste à crise.

A segunda etapa das transformações da economia ocorreu a partir de 1985, quando o risco de hiperinflação torna-se a principal preocupação da política econômica. Dessa forma as políticas agrícolas são submetidas aos planos¹ de controle inflacionário.

¹ A heterodoxia da economia brasileira de 1985 a 1994 concentrou a maior parte de seu esforço na busca da estabilização financeira. Como o setor agrícola era uma forte componente dos choques inflacionários, os planos de estabilização, exceto o Plano Bresser em 12/06/1987, foram lançados em períodos de safra, com medidas de controle dos preços das mercadorias agrícolas. O Plano Real também foi lançado em período de safra (final de 1993), no entanto, como foi implementado em etapas, provocou menos impacto no setor agrícola se comparado ao tabelamento do valor de suas mercadorias, justamente na colheita, em que as imperfeições de mercado se encarregam de colocar os preços nos menores patamares.



A consequência desse processo foi a elevação do risco na agricultura, em função das variações bruscas dos preços agrícolas, alta em 1988 e alta e queda em 1989. Além da instabilidade, Helfand e Rezende (2003) destacam a inviabilização das políticas setoriais (crédito e preços mínimos) que vinham apresentando bons resultados desde o início da década. Segundo os autores:

Desarmou-se, ainda, o esquema anterior de participação ativa do governo na comercialização agrícola (através tanto da compra – via preços mínimos remuneradores – como da venda de estoques agrícolas), e optou-se, em seu lugar, pelo financiamento da estocagem(EGF) e pela adoção de novas regras de comercialização (REZENDE, 2003, p.142).

O contexto de instabilidade macroeconômica também abriga a abertura comercial e a sobreposição do mercado doméstico, protegido e subsidiado, por mercados globais, mais competitivos e menos regulamentados. Gomes e Finamore (2000) ressaltam que a crise da dívida externa, iniciada em 1982, deu início a uma série de reformas que suprimiu o protecionismo interno (subsídios, câmbio sobrevalorizado e tarifas às importações) desde o Programa de Substituição das Importações² (1930-1960) até o padrão de desenvolvimento adotado a partir da década de 80. Para estes autores, a sobrecarga do serviço da dívida³, fez com que o país firmasse compromissos de austeridade com o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, incluindo saneamento nos gastos públicos, redução da oferta monetária e desvalorização cambial.

A terceira etapa das reformas econômicas vem da segunda metade da década de 90, com a estabilização através do Plano Real. Como em períodos anteriores, houve reflexos sobre a agricultura; como queda nos preços das terras e dos produtos agrícolas, efeitos atribuídos ao aumento das taxas de juros e apreciação cambial. No entanto, a valorização do câmbio e a abertura comercial permitiram ganhos em produtividade. Helfand e Rezende (2003) sustentam que essas medidas reduziram o preço das máquinas e insumos, aumentando em 50% o consumo de fertilizantes entre 1992 e 1997. Além dos efeitos da variação das políticas macroeconômicas, cabe lembrar que a desregulamentação da economia nos anos 90 destituiu instituições que resguardavam a produção agrícola do livre mercado. Leite (2000) destaca uma componente inédita ao desempenho do setor rural, a “âncora verde”, que dá margem às importações de alimentos, inclusive aqueles subsidiados em seus países de origem (trigo, leite, algodão e outros) rebaixando os preços internos para contribuir com a manutenção do valor da moeda e minimizar o risco de desestruturação do Real.

O endividamento externo e o desequilíbrio das contas nacionais abalaram a capacidade do governo de regular o setor agropecuário por intermédio das políticas específicas⁴. O esgotamento do sistema público culmina na desregulamentação do setor

² O processo de substituição das importações foi adotado para promover a industrialização da economia brasileira. O modelo propunha atender a demanda doméstica, substituindo produtos que antes eram importados.

³ Pagamento de juros e correções sobre o valor principal da dívida.

⁴ Políticas de crédito, preços mínimos e estoques reguladores.



agrícola, com transposição de funções como financiamento, armazenagem e comércio da produção — além da pesquisa e transferência de tecnologias — do governo para iniciativa privada. De acordo com Farina (1996) a desregulamentação também implicou num processo não planejado de desarticulação da pesquisa pública, especialmente em agricultura e órgãos de provisão de informações. Essa inversão de responsabilidades deu origem a novos mecanismos de governança no interior dos sistemas agroindústrias, ao mesmo tempo em que o agronegócio passa a enfrentar o padrão internacional de concorrência, intensificado pela integração dos mercados regionais⁵ e pela globalização.

Em suma, redimido entre nós o discurso *neoliberal* — agora travestido com o manto da globalização das economias e integração de mercados — configuraram-se proposituras em favor da abertura econômica e liberalização das trocas internacionais, redução de apoios às produções domésticas, diminuição dos obstáculos de acesso aos mercados e limitações no uso de subsídios às exportações. Isto significava a afirmação do *mercado* como instância coordenadora dos interesses — por certo conflitantes — dos parceiros da globalização, com mira à promoção de um sistema internacional de economia aberta.

Transição no padrão de regulação, desaquecimento e retomada do crescimento

A dinâmica da agricultura no contexto das crises e abertura da economia brasileira é determinada pela conduta do setor público quanto ao planejamento e financiamento da atividade. Na opinião de Belik (1998) a agropecuária termina a década de 80 e entra nos anos 90 em busca de um crescimento condizente com a abertura comercial e menor participação estatal. O *déficit* primário moderou o volume dos recursos alocados, restringindo o investimento⁶ e a utilização de insumos industrializados⁷. Em termos de recursos o governo reduziu a oferta de crédito, transferindo parte do financiamento agrícola ao sistema de mercado. Belik (1998) destaca que o crédito em 1975 foi aproximadamente seis vezes maior do que em 1995, embora até 1979 a produção de grãos mal alcançasse 40 milhões, enquanto em 1995 ela já ultrapassava as 70 milhões de toneladas.

O ajuste liberalizante dos anos 80 repercutiu sobre a produção agropecuária, no entanto não estagnou o crescimento setorial. A despeito da retirada dos incentivos e os impactos dos planos de estabilização econômica, a agricultura manteve seu crescimento, superando o conjunto da economia, particularmente o setor industrial. De acordo com Carneiro (2002) a *performance* da segunda metade dos anos 70 é preservada ao longo dos anos 80, período em que o crescimento é cerca de quatro vezes superior ao da indústria de transformação. Essa trajetória é mantida pela intensificação tecnológica e incorporação de novas fronteiras, assegurando o crescimento e possibilitando a abertura de novos mercados.

⁵ Entre eles o Mercosul, os EUA e seus acordos multilaterais e a União Européia. Os dois últimos subsidiando fortemente atividade agrícola.

⁶ Inversão de capital em bens de produção (máquinas, equipamentos, infra-estrutura) com propósito de gerar produtos ou serviços num tempo futuro.

⁷ De forma geral as sementes industrializadas, corretivos, fertilizantes e defensivos.



Apesar do crescimento produtivo, dos anos 80 até meados dos anos 90 — também conhecidos como Década Perdida — a agricultura enfrenta uma série de transformações no contexto macroeconômico, fundamentalmente a desregulamentação dos mercados, abertura comercial, formação dos blocos econômicos e controle do déficit público. Esse ajuste provoca uma inversão dos indicadores setoriais, apresentando poucos investimentos, baixo volume de crédito, aumento no estoque de dívidas e elevada taxa de inadimplência no financiamento agrícola. As conseqüências foram diversas, entre elas, o desabastecimento interno no biênio 1989/1990 e o impacto sobre a busca de estabilização.

O período que sucede a recessão setorial dá início a uma nova etapa de desenvolvimento da produção agrícola. A preocupação com a estabilidade da economia e as ações de uma frente ampla de negociação⁸, levou o governo a rever sua posição, e em dezembro de 1995, a lei nº 9.138 autorizou a primeira renegociação das dívidas agrícolas.⁹ A decisão deu início a uma série de acordos entre o governo e os representantes da classe produtora, incluindo a renegociação e a securitização¹⁰ dos débitos de maior valor¹¹. Em 2001 houve uma segunda renegociação, os pagamentos foram adiados de 2008 para 2025 e os juros do PESA caíram para 3,4 e 5% ao ano. O Tesouro Nacional assumiu o risco das dívidas negociadas para evitar um rombo na contabilidade da conta do Banco do Brasil. Essas medidas vieram associadas a uma recuperação dos preços das *commodities* no mercado externo, dando fôlego ao setor que respondeu com aumento produtivo¹², notadamente após a depreciação cambial em 1999.

Com a inversão do cenário econômico (repactuação das dívidas, desvalorização cambial e recuperação dos preços internacionais) houve retomada do crescimento setorial, fundamentado em ganhos de escala, intensificação tecnológica e menor dependência de recursos públicos. Esse amadurecimento constata-se pelos dados da tabela 2, que relaciona crédito, área cultivada e a produção de grãos alcançada. Os números revelam que a produção aumentou mais de 40%, ao passo que a área colhida em 1990/91 foi praticamente igual a de 2000/01.

Tabela 2- Evolução do Crédito, Área e Produção 1987-2003.

Ano	Crédito	Área	Produção
-----	---------	------	----------

⁸ O símbolo das ações tomadas pelas principais lideranças rurais foi o "caminhão", uma carreta de tratores e caminhões, que se dirigiu a Brasília em 1995, para reivindicar modificações nas políticas públicas voltadas ao setor agrícola.

⁹ Os empréstimos foram prolongados por até 10 anos, com juros de 3% ao ano, beneficiando 300.000 produtores com operações de até R\$ 200 mil, o que acumulava um débito conjunto de R\$ 7 bilhões.

¹⁰ Indexação do valor das dívidas ao preço mínimo. Nesse caso foi utilizado o preço do milho, que é determinado pelo mercado interno.

¹¹ Na edição de maio de 2005, a Revista Agroanalysis reportou um histórico da dívida retratando que, em 1998, os endividamentos que ultrapassavam os R\$ 200 mil foram atendidos pelo Programa Especial de Saneamento dos Ativos (PESA) com prazos de até 10 anos, entrada de 10,37%, correção pelo Índice Geral dos Preços de Mercado (IGP-M) e juros anuais de 8 a 10%. Cerca de 50 mil produtores com dívidas totais de R\$ 4 bilhões foram beneficiados. Em 1999 os juros caíram para a faixa de 6 a 8% ao ano.

¹² O crescimento da produção trouxe problemas relacionados à deficiência de infra-estrutura de transporte, portuária e armazenamento das supersafras brasileiras. Complicando ainda mais o crescimento elevou o risco de queda dos preços em função de grandes ofertas, além da questão do alto volume de subsídios na agricultura dos países desenvolvidos.

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

	Mil R\$	Mil hectares	Mil toneladas
1987/88	58.680.641,4	42.810,7	66.292,00
1988/89	41.408.242,1	42.243,3	72.245,50
1989/90	37.812.912,5	38.945,0	56.492,20
1990/91	21.602.546,5	37.893,7	56.499,30
1991/92	22.287.698,6	38.492,3	68.067,10
1992/93	24.712.209,7	35.621,3	69.308,00
1993/94	21.220.496,0	39.094,0	75.396,70
1994/95	34.563.190,7	38.538,9	79.651,30
1995/96	15.728.229,9	36.970,9	69.036,00
1996/97	13.745.361,7	36.574,8	78.426,70
1997/98	19.915.134,5	350.00,8	76.524,30
1998/99	21.691.623,2	36.896,7	82.437,20
1999/00	20.628.092,8	37.824,3	83.030,00
2000/01	21.197.908,6	37.847,3	98.311,70
2001/02	25.008.918,4	41.198,0	97.131,30
2002/03	27.560.118,6	43.946,8	123.175,60
2003/04	31.102.681,8	47.422,5	130.830,00

Fonte: Crédito Anuário Estatístico do Crédito Rural do Banco Central. R\$ milhões de 2004, atualizados pelo IGP-DI médio centrado (www.bcb.gov.br)

Área e Produção CONAB (www.conab.gov.br)

O cenário de mudanças institucionais

A desregulamentação do setor agrícola nacional definiu novas relações entre as iniciativas pública e privada no sistema agroindustrial. Em termos de recursos foram desenvolvidas alternativas de crédito e garantia de renda, modificando as relações produtivas e estabelecendo uma nova base para as políticas de financiamento e comercialização das safras, mais independentes do intervencionismo e da coordenação do sistema público. Para tratarmos o quadro atual do financiamento agrícola no Brasil torna-se necessário uma breve avaliação das transformações na base da política de crédito. No que se refere ao SNCR, temos três etapas que podem ser perfeitamente diferenciadas:

A primeira inclui a montagem do sistema oficial de crédito nos anos 60 e a expansão do volume de recursos durante a década de 70;

A segunda, durante os anos 80, com a substituição dos recursos obrigatórios pelos recursos do Tesouro Nacional;

A mais atual, fim dos anos 80 e início da década de 90, na qual foram criadas novas fontes de recursos financeiros agrícolas.

O resultado destas transformações é exposto pela trajetória do gráfico 2, que apresenta grandes quantias disponibilizadas no final da década de 70 e declínio acentuado na primeira metade dos anos 80. Após esse período observa-se uma recomposição passageira nos anos 1986/ 1987, seguida por forte queda no fim da década de 80. Essa tendência foi mantida no início dos anos 90 (com ligeira inversão em



1994) aprofundada em 1995/1996 e parcialmente contornada por uma lenta recuperação de 1997 até 2003.

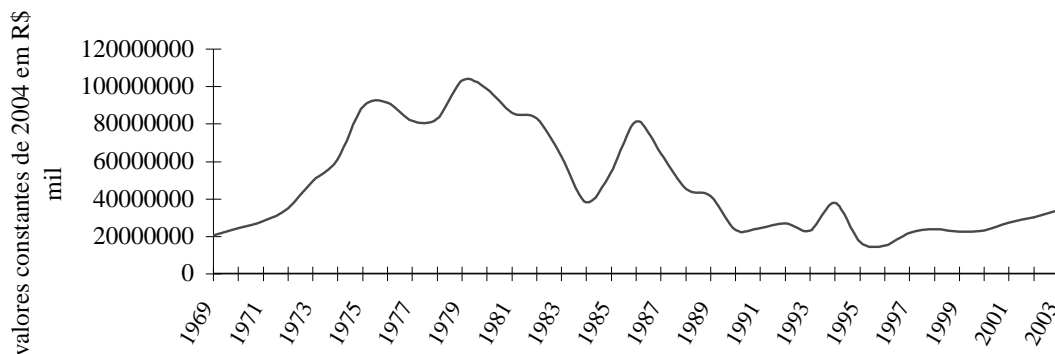


Gráfico 2 – Valores liberados para o Crédito Rural - 1969 a 2003

Fonte: Corrêa e Silva (2004).

O apoio formalizado do governo para o desenvolvimento do setor agropecuário tem origem na institucionalização do SNCR em 1965, com intuito de incentivar a adoção do pacote tecnológico da Revolução Verde, mobilizando recursos do sistema monetário para financiar o custeio e o investimento do setor agropecuário. Para a concessão desses empréstimos, com taxas de juros menores do que as vigentes no mercado financeiro foram criadas as fontes tradicionais de recursos compostas por:

Recursos obrigatórios – exigibilidades, 10% sobre a porcentagem de depósitos a vista feitos nos bancos comerciais;

Recursos livres – fundos governamentais;

Recursos das operações oficiais de Crédito – Recursos do Tesouro nacional.

A estruturação do crédito preferencial para a agricultura a partir de 1965 tinha grande parte dos recursos alocados pelo orçamento público. Apesar da reforma institucional e a criação do Banco Central (Bacen) o Banco do Brasil (BB) manteve a função de autoridade monetária¹³ e principal agente do SNCR através da conta movimento¹⁴. De acordo com Gremaud, Vasconcelos e Toneto Jr. (2002) o BB emprestava com taxas de juros subsidiadas, que eram equalizadas através da linha direta de financiamento junto ao Bacen. Essa configuração expandiu o saldo dos recursos financeiros ofertados e, segundo Carvalho (2000) apesar de outros instrumentos, como seguro rural e assistência técnica terem sido implementados, o crédito tornou-se a principal política de incentivo a agricultura brasileira até meados dos anos 70.

¹³ Permissão para emitir moeda.

¹⁴ Criada para transferir recursos do Banco do Brasil para o Banco Central entrar em operação.



Na segunda metade dos anos 70 e início dos anos 80, a crise fiscal e financeira do Estado (contenção dos gastos públicos), junto com aumento da taxa de inflação conteve a liberação de crédito, que passa a ser ofertado com taxas de juros positivas¹⁵ e incorporação da correção monetária¹⁶ sobre os valores financiados. A problemática desse contexto é a queda de arrecadação das fontes obrigatórias¹⁷ – exigibilidades – e a menor participação da conta movimento¹⁸, transferindo ao Tesouro Nacional a maior responsabilidade quanto a parcela ofertada¹⁹. O saldo do período é a escassez de crédito oficial, corte nos subsídios e aumento do custo dos empréstimos, fazendo com que os agricultores com melhores condições financeiras optassem pelo autofinanciamento.

Com o esgotamento do padrão de financiamento público nos anos 80, tendeu a se ampliar o espaço do financiamento privado à comercialização agrícola, desenvolvendo-se algumas modalidades de instrumentos financeiros alternativos ao crédito oficial em declínio. Como destacado por Lopes (1992, p.360), tal tendência caminhou em paralelo com o estreitamento das linhas comerciais de crédito e das aplicações de recursos próprios dos agentes financeiros, que passaram a pautar suas operações num maior grau de rigidez em termos de prazos, número de clientes atendidos ou limites de crédito por tomador e tetos por carteira.

Na verdade, tais procedimentos revelavam-se estritamente consistentes com a lógica bancária que, para atenuar riscos de inadimplência de empréstimos concedidos, estreitou diversas linhas disponíveis, especialmente os créditos comercial comum, de curto prazo (30-60 dias), de longo prazo (180 dias), de industrialização (matérias-primas) e de exportação, bem como o crédito de desconto de títulos. Desse quadro resultou o congestionamento dos mercados e da comercialização agrícola no âmbito dos próprios produtores rurais, com a maior parte das transações ocorrendo sob a modalidade à vista.

Contraditoriamente, porém, nessa conjuntura de compressão dos recursos financeiros oriundos do segmento privado, elevou-se sensivelmente a demanda pelo crédito institucional (EGF), que passava a desempenhar o papel de instrumento substituto das diversas modalidades em declínio. É mais que evidente que isto fragilizou o instrumento, outorgada que lhe era a tarefa – decerto ingrata – de compensar o absentismo do segmento privado no tocante ao financiamento da comercialização agrícola. Assim, nessa fase de transição que marca a agricultura nos anos 80, passou-se a atribuir ao EGF o papel de provedor de crédito para todas as finalidades na comercialização, desvirtuando-se ainda mais seu papel de instrumento de *atenuação* da

¹⁵ Corrigidas de acordo com a variação da taxa real de juros.

¹⁶ Correção dos valores nominais por dado índice de preços, de modo a compensar a perda de valor da moeda decorrente da inflação.

¹⁷ Em períodos inflacionários cai o volume dos depósitos a vista e aumenta a procura por aplicações financeiras de curto prazo.

¹⁸ A emissão de moeda amplia a pressão inflacionária.

¹⁹ Para Gasques e Villa Verde (1996) o modelo de crédito rural elaborado na década de 60 não foi planejado para enfrentar conjunturas de prioridade ao equilíbrio fiscal, além do fato que a emissão de moeda como fonte usual de financiamento da agricultura ficou prejudicada, frente a necessidade de controle da base monetária como instrumento ativo da política de combate à inflação.



estacionalidade que é própria aos preços agrícolas. Este era o cenário compreensivo de uma conjuntura de desorganização dos mercados de estoque no país, pondo-se em evidência uma dentre tantas outras assimetrias estruturais de nosso padrão de desenvolvimento agrícola.

Tais considerações sugerem que o perfil da comercialização agrícola no decurso dos anos 80 refletiu a reversão do ciclo econômico expansivo dos anos 70, quando ainda não haviam se configurado maiores problemas do ponto de vista da fluidez de recursos ao financiamento agrícola. Até então, o Estado mantinha controle sobre diversas fontes de recursos e um diversificado conjunto de instrumentos de crédito rural. Além dos recursos do Tesouro Nacional, destacavam-se as aplicações compulsórias dentro do Manual do Crédito Rural (MCR 18), as exigibilidades bancárias advindas dos depósitos à vista, as aplicações de recursos *voluntários* dos agentes financeiros no crédito rural (MCR 37), assim como as emissões de moeda. Em outros termos, à época, o vetor de política econômica não estava subsumido ao problema fiscal, muito menos ao controle da base monetária (GASQUES e VILLA VERDE, 1996, p.05).

Nesse ambiente, marcado pela concentração de recursos nos segmentos mais dinâmicos, verificou-se uma recomposição significativa – ainda que morosa – de fontes alternativas de recursos para o financiamento agrícola no país, num processo que remonta a meados dos anos 80. Numa visão retrospectiva, poder-se-ia aventar algumas hipóteses para se explicar o desenvolvimento *restrito* dos instrumentos privados de financiamento agrícola. Primeiramente, haveríamos de fazer referência à debilidade das transformações do sistema financeiro nacional *vis-à-vis* à predominância da regulação financeira estatal da agricultura brasileira. Contudo, para além dessa referência estrutural, caberia indicar a já referida elevação de *status* da PGPM assim como o refluxo do crescimento agrícola no início dos anos 80.

Ademais, a atenuação da pressão de demanda sobre o crédito rural oficial nessa conjuntura também terá decorrido de um processo acomodatório, em relação ao sobre dimensionamento da oferta de recursos altamente subsidiados até final da década de 70. Precisamente nessa linha, Delgado (1985, p.79) sublinha o traço fundamental da trajetória expansionista da política de financiamento rural no período 1967/1976, destacando a propósito que:

“Este período é marcado por um crescimento inusitado das aplicações reais de crédito, bastando, para ilustrar tal afirmação, indicar que, entre 1969 e 1976, o índice de valor real do crédito rural concedido passou de 100 a 444. Tal elevação corresponde ao crescimento geométrico no período 1969-76, de 23,8%^{aa}, que é várias vezes superior ao crescimento real do produto agrícola, situado em torno de 5%^{aa}, (...) Já em 1977 começam a se esboçar, a nível de governo, as influências contencionistas da política monetária, que nesse ano se reflete numa primeira inflexão para baixo do volume de crédito concedido.” O autor aponta que *“a orientação expansionista é retomada com menor vigor em 1978 e 1979, à luz do discurso oficial do governo de prioridade ao setor agrícola, para ser revertida novamente a partir de 1980. Essa nova reversão – que se mantém cada vez mais acentuada em 1981 e 1982, com tendências de se agravar em 1983 – ocorre agora sob condições mais adversas, quer do próprio contexto da economia brasileira, quer das suas relações críticas com a economia internacional.”*



Neste sentido, caberia frisar a assimetria estrutural entre a alavancagem do patamar tecnológico do setor – derivado da política oficial de crédito – e o desenvolvimento restrito de instituições de mercado, como os instrumentos financeiros privados e os mercados a termo e de futuros, entre outros.

Poder-se-ia dizer que a hipertrofia da política de crédito rural ao longo da industrialização da agricultura teve, como seu contraponto necessário, a inibição do desenvolvimento complementar de importantes e necessários instrumentos privados de suporte à produção e comercialização agrícolas. Destarte, a partir do momento em que se exaure o padrão de financiamento capitaneado pelo Estado cresce, em simultâneo, a percepção da urgência de se forjar novas fontes e modalidades de recursos. Nessa perspectiva, Leite (2000, p.106) chama atenção para o fato de que:

"(...) recentemente, a partir do início da década de 90, tem sido tentada uma série de novos mecanismos para viabilizar o financiamento do setor rural. Além das fontes anteriormente citadas, que incorporavam em grande medida recursos diretamente advindos do setor público, ou por ele alavancados, algumas iniciativas têm sido tomadas no sentido de levantar recursos junto ao setor privado."

Conforme Gasques e Villa-Verde (1996, p.08), o período foi marcado pela iniciativa do Estado induzindo novos instrumentos financeiros agrícolas, chamando ao setor privado a tarefa de agente provedor de fundos necessários ao seu desenvolvimento. Daí por diante, nota-se certo crescimento de fontes de financiamento indexadas, gravadas com taxas de juros superiores às das fontes tradicionais, basicamente recursos do tesouro e as exigibilidades.

Novas Fontes de Recurso do Crédito Rural

O enfraquecimento do sistema de crédito centralizado nas operações mantidas pelo Tesouro, Recursos livres e Recursos obrigatórios – fontes tradicionais – gera a necessidade de alternativas para o financiamento da agricultura. Gasques e Villa Verde (1996) ressaltam que as fontes introduzidas a partir de meados dos anos 80 são de caráter eminentemente privado. Segundo os autores, a despeito dessas novas fontes terem-se dado, na maioria dos casos, por iniciativa do governo federal, os recursos não são do Tesouro Nacional, mas captados no mercado. “Deste modo, são fontes indexadas e com taxas de juros mais elevadas do que as fontes tradicionais, como o Tesouro e as exigibilidades, para as quais o governo fixa as taxas de juros máximas que podem ser cobradas pelo sistema bancário oficial e privado” (GASQUES E VILLA VERDE, 1996, p.46).

Tabela 3 -Fontes de Recursos Criadas nos anos 80e 90

Ano de Origem	Fontes de financiamento
1986	Caderneta de Poupança Rural
1989	Fundos Constitucionais
1990	Sociedades de Crédito Imobiliário e Bancos Múltiplos ²⁰
1990	Fundo de Aplicações Financeiras – FAF

²⁰ Essa nova fonte, assim como o FAF não chegou a ser efetivamente implantadas.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



1990	Depósitos Interfinanceiros Rurais – DRI ²¹
1990	Depósitos Especiais Remunerados –DER
1990	Fundos de <i>Commodities</i> ²²
1991	Recursos Externos
1991	Fundo de Amparo ao Trabalhador- FAT
1994	Recursos Extramercado
1995	Contratos de Compra e Venda de Soja Verde
1995	Adiantamentos sobre contratos de Câmbio-ACC
1995	Finame Agrícola

Fonte: Gasques e Villa Verde (1996)

A criação das novas fontes modificou a formação e a liberação de crédito através do SNCR. Algumas delas, como os Fundos Constitucionais (FCO, FNE, FNO) são importantes na canalização de recursos tributários para financiar o investimento na agropecuária e na agroindústria nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte. Além dos Fundos Constitucionais, destaca-se a participação do FAT no encaminhamento dos recursos dirigidos ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e a Caderneta de Poupança Rural que em 1987 atingiu 24% e, em 1993 foi responsável por 45,5% do total de recursos liberado pelo SNCR.

Destacando a importância destas novas fontes para o desenvolvimento do setor rural, Corrêa e Silva (2004) afirmam que os recursos do SNCR devem ser quantitativa e qualitativamente diferenciados. Segundo as autoras, em termos percentuais houve menor contribuição²³ do Tesouro Nacional na composição das fontes tradicionais, além de queda na participação dos Recursos Livres, em função do encerramento de operações de crédito para a agricultura em algumas instituições de financiamento, essencialmente o Banco do Brasil que, entre 1997 e 1999, restringiu em 94,8% os recursos liberados por esta fonte. Apesar disso, as autoras observam que dentro do SNCR as fontes tradicionais se mantiveram como principais fornecedoras de crédito entre 1987 e 2003, principalmente através dos recursos captados pelas exigibilidades junto aos bancos múltiplos e comerciais.

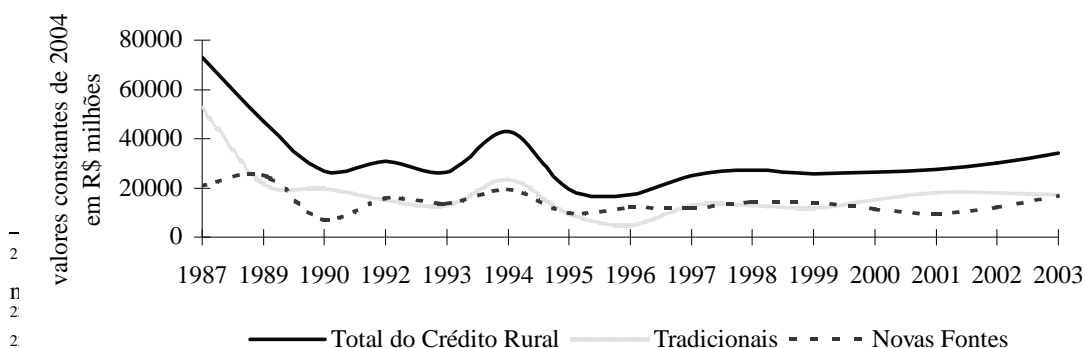




Gráfico 3- Desempenho das Fontes Tradicionais X Novas Fontes no Crédito Rural

Fonte: Corrêa e Silva (2004)

O novo padrão de financiamento do setor agrícola brasileiro

As novas fontes de recurso não suprimiram a queda no crédito disponibilizado pelo governo federal ao setor agropecuário. Além dos planos de estabilização com arrochos orçamentários a proposta de uma nova institucionalidade para o financiamento agrícola planejava corrigir as distorções do crédito oficial, marcado por grandes desequilíbrios na distribuição em termos pessoais, regionais e setoriais. Além disso, é preciso considerar que o início dos anos 90 simboliza um reforço do viés liberalizante da economia brasileira, apresentando o sistema de mercado como alternativa mais coerente com a nova realidade. Para Carvalho (2000) a proposta era transferir a oferta de crédito às atividades mais integradas *agribusiness* ao setor privado, diminuindo a dependência ampla dos recursos oficiais.

Em meados da década de 90, o decréscimo dos recursos financeiros aplicados via crédito evidenciava a intenção do setor público em reduzir sua participação direta e apoiar a idéia do financiamento agrícola através de parceria com o setor privado. Rezende (2003) afirma que a restrição do crédito oficial serviu como alerta, tanto para a agricultura, como as indústrias a montante e a jusante, para elaboração de alternativas de financiamento do setor agrícola. Segundo o autor, novos mecanismos deveriam possibilitar que a produção e a negociação fossem realizadas com envolvimento direto da indústria e do comércio, “já que são eles, e não o setor agrícola, que podem ter acesso ao mercado financeiro e aos mecanismos de bolsas de mercadorias” (REZENDE, 2003, p. 207).

A busca de correção do *trade off* entre a demanda e a oferta de crédito para o setor agrícola deu origem às fontes de financiamento fora do SNCR, que compõe o chamado crédito informal. Belik e Paullilo (2001) enfatizam que, no momento em que o sistema oficial não mais assegura o financiamento necessário à agricultura integrada, uma parte dos recursos passa a ser alavancada por grupos não agrários (principalmente a indústria), constituindo mecanismos de financiamentos que não são regulados diretamente pelo Estado. Nesse ambiente de crédito informal, destacam-se o contrato de compra e venda de “soja verde”, os títulos privados, certificados de negociação em bolsas de mercadorias e a troca de insumos por produtos utilizados nas agroindústrias. As principais fontes alternativas de financiamento são apresentadas no quadro2.

Instrumento	Funcionamento	Beneficiados
Compra antecipada	Instrumento articulado pela agroindústria que se financia no exterior ou através de ACCs – Adiantamento de Contrato de Câmbio, repassando os recursos para os agricultores com a compra antecipada da produção.	Soja, milho, café e algodão
	Títulos emitidos por produtores ou cooperativas negociados em bolsa ou bilateralmente, garantindo recursos	Arroz, milho, café, leite, cana de açúcar, álcool e boi gordo



Cédula do Produto Rural CPR	antecipados para o custeio. Atualmente os principais clientes são as agroindústrias e as <i>tradings</i> , mas com possibilidade de liquidação financeira haverá aumento dos fundos de pensão e investimento. Espera-se também a entrada de investidores estrangeiros já autorizadas pelas autoridades.	
Contrato de Investimento Coletivo	Captação de recursos junto a um grupo de investidores que participam dos lucros advindos da engorda de gado e das eventuais valorizações ou desvalorizações das cotações do produto	Bovinos, suínos e aves.
Pregões eletrônicos	Esse instrumento opera através da Internet e com uma corretora. Procura aproximar produtores de consumidores. O seu papel é o de estabelecer contatos diretos entre compradores e vendedores.	Principalmente arroz

Quadro 2- Fontes Alternativas de Financiamento para a Agricultura

Fonte: Belik e Paulillo (2001)

Entre as fontes de crédito informal a Cédula do Produto Rural (CPR)²⁴, o primeiro mecanismo privado de financiamento fora do SNCR instituído pela lei nº 8.929 em 1994, tem sido bastante utilizada. Paralelo ao desenvolvimento da CPR avalizada difundiu-se no mercado a “CPR de Gaveta” um contrato utilizado como garantia nas transações comerciais entre produtores rurais e fornecedores de insumos, indústrias de processamento e empresas de comércio exterior. Em 2000 o governo criou a CPR financeira (CPR-F), mais flexível que a primeira e com opção de pagamento em moeda, sem envolver, necessariamente, a entrega física da mercadoria²⁵. Assim as CPRs são instrumentos de comercialização e abastecimento que oferece capital ao setor produtivo por intermédio do mercado a termo²⁶, além da função de especulação nas bolsas de mercadorias, que confere às negociações uma maior liquidez.

²⁴ A CPR é um título emitido por produtores rurais e cooperativas, que possibilita a venda antecipada da produção, com a finalidade de captar recursos para o custeio da safra, principalmente a aquisição de insumos agrícolas. Esse título é adquirido, financiado ou avalizado por uma instituição financeira idônea, o que reforça o compromisso do emitente com a entrega futura da mercadoria na quantidade, qualidade e local especificado.

²⁵ O Valor do título na data de sua liquidação é determinado pela multiplicação da quantidade especificada do produto pelo preço de referência informado por uma instituição legítima, com divulgação periódica e de fácil acesso pelas partes contratantes.

²⁶ A negociação no mercado a termo é bastante flexível, permitindo a utilização de preços preestabelecidos ou preços variáveis, pagamento antecipado ou no momento de entrega no produto. De acordo com Azevedo (2001) o mercado a termo ganhou notoriedade no sistema agroindustrial brasileiro com o mecanismo de soja verde, que compreende a compra antecipada dessa mercadoria pela agroindústria, cooperativa ou corretores. Trata-se portanto, de um contrato para entrega futura de um produto ainda em processo de produção.



A mesma lei²⁷ que instituiu a CPR-F criou uma linha de crédito para renovar a frota nacional de máquinas agrícolas, o MODERFROTA²⁸, parte de um conjunto de programas do Ministério da Agricultura e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que conta com recursos de FAT para financiar os investimentos de cooperativas e agricultores. De acordo com Wedekin (2005) entre 1998 e 2003 o Ministério da Agricultura lançou 16 programas que trouxeram nova perspectiva ao investimento na agricultura, eliminando a correção monetária e adotando taxas de juros fixas (entre 8,75 e 12,75 % ao ano), com longo prazo de amortização (5 a 12 anos) e equalização de encargos feita pelo Tesouro Nacional.

Política de Garantia de Preços Mínimos

As reformas gerais da economia brasileira, junto com mudança no sistema de crédito e a desregulamentação do setor agrícola, reestruturaram a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) – instituída²⁹ em 1943 e reformulada³⁰ em 1965 – que de forma geral permaneceu intacta de meados dos anos 60 até o início dos anos 80. Entretanto, seguindo o viés de redução das intervenções públicas no setor agrícola, o Estado incentivou a coordenação da comercialização através do mercado, buscando garantir renda aos agricultores, sem que isso se traduzisse em gastos diretos na aquisição e manutenção de estoques públicos.

As mudanças na PGPM, no início dos anos 80, vieram associadas ao acirramento da crise externa, déficit público e pressão inflacionária. Embora inicialmente a agricultura tenha sido preservado da política contracionista, a escassez de recursos e as exigências postas pelas agências internacionais – FMI e Banco Mundial – provocou redução na disponibilidade de crédito. Com menor oferta de capital subsidiado a renda no setor agrícola ficou comprometida, o que levou o governo priorizar os preços mínimos como medida compensatória. A partir de 1981 a PGPM passa a operar com preços de base elevados, definidos antes do plantio e indexados à inflação até a colheita das safras. Essa reforma visava garantir renda ao setor agrícola, além de regularizar o abastecimento interno e afastar a ameaça de descontrole inflacionário.

A desenvoltura da PGPM de 1981 a 1986 foi temporariamente interrompida em 1987, com a crise financeira do Plano Cruzado (1986). Rezende (2003) ressalta que os preços mínimos tiveram queda de 30%, seguida pela substituição dos preços indexados à inflação por um indexador específico que cobria apenas o preço dos insumos utilizados na produção. No entanto o autor ressalta que, ainda em 1987, a tentativa de controle da inflação do Plano Bresser (1987) restituiu a indexação que prevalecia antes

²⁷ Medida provisória 2.117, de 19/1/2000, convertida na Lei 10.200, de 14/02/2001.

²⁸ Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas Implementos Associados e Colheitadeiras.

²⁹ A política de preços mínimos foi instituída junto com a criação da Companhia de Financiamento da Produção, substituída em janeiro de 1991 pela Companhia Nacional de Abastecimento CONAB.

³⁰ Segundo Fernandes Jr. (2004) em 07 de julho de 1965 o Decreto nº 57.391 reformulou a PGPM possibilitando que, além de produtores e cooperativas, os intermediários e beneficiadores passassem a utilizá-la.



do Plano Cruzado. No curto prazo a medida não recuperou os preços anteriormente praticados, todavia, a promessa do governo de utilizar os estoques públicos, apenas se os preços no mercado superassem os de intervenção,³¹ permitiu que no segundo semestre de 1988 o valor dos produtos agrícolas completasse a sua recomposição.

A conjuntura de preços elevados e grandes aquisições feita pelo Estado foi revertida a partir de 1989 após a constatação de que o controle dos preços agrícolas não era a solução mais viável para o problema de inércia da inflação. Desta forma, a alternativa de garantir preços para compensar as perdas da agricultura em função da restrição do SNCR perde justificativa num contexto de arrocho fiscal. A correção mensal dos valores fixados foi eliminada, passando a ser determinada pela inflação passada na época da aquisição. Carvalho (2000) enfatiza que dificuldades como o custo de manutenção dos estoques e perspectivas de risco de mercado reduziu a importância da PGPM, estabelecendo um novo caráter de apoio financeiro a agricultura, com maior envolvimento do setor privado.

No início da década de 90 a estratégia de combate a inflação adotada pelo Plano Collor (março de 1990) trouxe novas regras a PGPM. A desindexação mensal dos preços mínimos e o confisco dos recursos financeiros tiveram impactos imediatos na colheita e a comercialização da safra. O choque dessas medidas, junto com adversidades climáticas provocou quebra de safra e redução no nível da atividade. A queda na oferta e o desabastecimento interno em 1991 aumentaram a possibilidade de alta no preço dos alimentos e crescimento da inflação, o que levou o governo a restaurar a PGPM descartando a experiência com a liberalização dos mercados.

A volta do estímulo aos preços veio acompanhada de forte crescimento produtivo. Ainda citando Rezende (2003) na primeira metade da década de 90 a política de preços viabilizou a política de crédito e permitiu que a agricultura retomasse seu nível de atividade. O resultado do incentivo foi o acúmulo de estoques e a reabertura do paradoxo arrocho orçamentário e apoio à comercialização. O governo tentou administrar os estoques convertendo o crédito de custeio em crédito de comercialização. Segundo Wedekin (2005) esses mecanismos possibilitavam a liquidação de financiamento de estocagem através da entrega de produto ao governo federal, opção muito utilizada em contexto inflacionário. O saldo do processo foi o recorde de estoques públicos em 1995, como pode ser visto na tabela 4.

Tabela 4- Estoques em AGF e EGF existentes em setembro de 1995, total geral e provenientes da safra de 1995

(Em mil toneladas)

Produtos	Total		Safra de 1995	
	AGF	EGF	AGF	EGF
Algodão	5,6	43,7	-	36,3
Arroz	1.881,5	3.187,7	886,9	1.534,2

³¹ Esses preços eram utilizados para definir a colocação de estoques públicos no mercado.



Feijão	84,3	48,8	79,6	47,8
Milho	1.390,9	9.414,6	489,5	5.404,5
Soja	-	3.023,4	-	3.012,1
Total	3.362,3	15.718,2	1.456,0	10.034,9

Fonte: Rezende (2003)

Novos instrumentos de apoio à comercialização agrícola

Além da crise fiscal, em meados da década de 90 o setor público concluiu que os instrumentos convencionais da PGPM eram incoerentes com a abertura comercial e financeira da economia. Outro fator que merece destaque foi a estabilização da economia após o Plano Real (1994) que deu origem ao padrão contemporâneo de intervenção do governo na comercialização da produção rural. Bacha (2004) destaca que a partir de 1996 as operações com EGF foram reduzidas, assumindo valores mínimos a partir de 1999, ao mesmo tempo em que os recursos alocados para AGF também foram deprimidos. Segundo o autor o volume de recursos aplicados apresentou instabilidade, com extremos nos anos de 1995 e 2002. Essa variação pode ser vista na tabela 5.

Tabela 5- Recursos aplicados em AGF e EGF - 1988 a 2002

(Em milhões de US\$)

Ano	AGF	EGF	Ano	AGF	EGF
1988	1.033	1.478	1996		
1989	531	982	1997	783	643
1990	326	478	1998	1.509	334
1991	185	523	1999	584	232
1992	394	354	2000	515	6
1993	500	371	2001	419	2
1994	1.297	772	2002	313	2
1995	1.453	1.295	2003	89	1

Fonte: Bacha (2004)

As mudanças fundamentais da PGPM vieram no ano de 1996 quando se coloca em prática os novos instrumentos de apoio a comercialização das safras, quer sejam o Prêmio para Escoamento do Produto (PEP), Valor de Escoamento do Produto (VEP) e o



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



Contrato de Opção de Venda de Produtos agropecuários (COVPA). O PEP e VEP foram criados para viabilizar a transferência da produção de regiões com excesso para regiões com déficit em oferta de produtos agrícolas. O COVPA veio para substituir o EGF-COV mantendo a garantia de preços mínimos, sem que isso esteja associado a mobilização imediata de recursos como acontece com AGF e EGF. O quadro 3 apresenta uma síntese dos novos instrumentos suas finalidades e o modelo de funcionamento.

Instrumento	Finalidade	Funcionamento
PEP/VEP	O PEP e o VEP são mecanismos de escoamento de safra, que garante um preço de referência aos produtores e as cooperativas, além de auxiliar na questão do abastecimento interno.	Através desse programa o Governo Federal compromete-se a pagar um preço mínimo ao produtor, sem que isso se transforme em estoque público. Nesse caso é realizado um leilão em que define-se o prêmio pago pelo governo para que o consumidor adquira uma mercadoria na região com excedente (normalmente com baixos preços) pagando o preço mínimo ao produtor. O VEP é semelhante ao PEP, entretanto o prêmio é pago para que o consumidor retire um estoque do governo depositado em armazém.
COVPA	O COVPA é um seguro contra a queda de preços pago pelo produtor rural ao Governo Federal. Serve como sinalização quanto ao comportamento futuro do mercado.	Através da CONAB o governo promove leilões de contratos, que dá direito a produtores rurais e cooperativas a lhe entregarem determinado produto em data e local específico, caso os preços de mercado estiverem abaixo do preço estabelecido. No entanto, se o preço de mercado estiver acima do preço contratado, o produtor vende a outros compradores e perde o prêmio pago. Nesse caso ele não exerce a opção do contrato, o que evita que o governo comprometa recursos com a formação e manutenção de estoques.

Quadro3- Novos Instrumentos de Apoio a Comercialização

Fonte: Elaborado pelos autores

2CONSIDERAÇÕES FINAIS



A discussão ao longo desse ensaio leva-nos a conclusão de que as reformas da economia brasileira trouxeram profundas alterações na formulação de políticas específicas e no ambiente institucional do sistema agroindustrial. A retirada gradativa do sistema público e a desregulamentação das funções de crédito, garantia de preços, pesquisa, assistência técnica vai reorganizando as cadeias de produção, criando novos arranjos entre o setor produtivo e os mecanismos de regulação estabelecidos pelo mercado. O novo modelo repercutiu de forma diferenciada entre os segmentos do setor produtivo causando maior impacto ao segmento não integrado, que dificilmente se enquadra no padrão seletivo para utilização dos recursos disponíveis no mercado. Por outro lado, o maior envolvimento da iniciativa privada trouxe alívio às contas públicas, uma vez que boa parte do financiamento utilizado pela agricultura empresarial vem sendo ofertada pelo setor privado.

O estreitamento do vínculo entre a agricultura, indústria, comércio e, recentemente o setor financeiro, criou novas oportunidades de crédito e mecanismos contratuais de compra e venda, definindo maior estabilidade de preços e menor necessidade de intervenção pública. Essas transformações também modificaram os canais de relacionamento entre os segmentos do setor agrícola, minimizando alguns conflitos e trazendo funções inéditas para as organizações que representam esses agentes, procurando definir um novo padrão de coordenação para o setor agrícola, com mecanismos de governança que contribuam para a consolidação das melhores estratégias de inserção do agronegócio brasileiro no padrão internacional de competitividade.

3 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, P. F. Comercialização de produtos agroindustriais. In: BATALHA, M. O. (Org) **Gestão agroindustrial**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001. v. 1, cap.2, p. 64-98.

BACHA, C. J. C. **Economia e política agrícola no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2004. 226p.

BELIK, W. O Estado, grupos de interesse e formulação de políticas para agropecuária brasileira. **Revista de Economia e Sociologia Rural (1979- 1998)**. v. 36, n. 1, p. 9-59, 1998. 1 CD-ROM.

BELIK, W.; PAULILLO, L. F. O financiamento da produção agrícola brasileira na década de 90: ajustamento e seletividade. In: LEITE, S. **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2001, p. 95-120. 250p.

CARNEIRO, R. **Desenvolvimento e crise-A economia brasileira no último quarto do século XX**. São Paulo; Campinas: Editoras UNESP e UNICAMP, 2002. 423p.



CARVALHO, F. M. A. de. Crédito rural no Brasil: evolução, resultados e perspectivas. In: SANTOS, M. L. dos; VIERIA, W da C. **Agricultura na virada do milênio: velhos e novos desafios**. Viçosa: Suprema, 2000. p. 77-91. 458p.

CORRÊA, V. P.; SILVA, F. F. A nova configuração do financiamento agrícola brasileiro e as dificuldades para os produtores com menor integração econômica. In: XLII CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 2004, Cuiabá. **Anais...1** CD-ROM.

DELGADO, G. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil (1965-1985)**. Campinas: ICONE/UNICAMP, 1985.

FARINA, E. M. M. Q. **Reflexões sobre a desregulamentação e sistemas agroindustriais: a experiência brasileira**. 1996. 156f. Tese (Livre-Docência)-Departamento de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, USP, 1996.

GASQUES, J. G.; VILLA VERDE, C. M. Novas fontes de recursos, propostas e experiências de financiamento rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. V.34, n.3 e 4, p. 39- 80, jul./dez 1996.

GOLDIN, I.; REZENDE, G. C. de. **A agricultura brasileira na década de 80: crescimento numa economia em crise**. Rio de Janeiro, Ipea, 1993.

GOMES, A. P.; FINAMORE, E. B. Algumas questões macroeconômicas e a agricultura brasileira. In: SANTOS, M. L. dos; VIERIA, W da C. **Agricultura na virada do milênio: velhos e novos desafios**. Viçosa: Suprema, 2000. p. 341-368. 458p.

GREMAUD, A. P.; VASCONCELOS, M. A. S.; TONETO Jr. **Economia brasileira contemporânea**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002. 626p.

HELFAND, S. M.; REZENDE, G. C. (Org). **Região e espaço no desenvolvimento agrícola brasileiro**. Rio de Janeiro: IPEA, 2003. 390p.

LEITE, C. A. M. Política agrícola para o setor rural em transição. In: SANTOS, M. L. dos; VIERIA, W da C. **Agricultura na virada do milênio: velhos e novos desafios**. Viçosa: Suprema, 2000. p. 193-216. 458p.

LOPES, M de R. Comercialização interna e externa da produção agrícola: principais problemas e sugestões. In: Brandão, A.S.P. (Ed.) **Os principais problemas da agricultura brasileira: análise e sugestões**. 2.ed. Rio de Janeiro: PNPE/ IPEA, 1992.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



REZENDE, G. C. **Estado, macroeconomia e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/ IPEA, 2003. 246p.

WEDWKIN, I. A política agrícola brasileira em perspectiva. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, ano XIV, edição especial, p.17- 32, out. 2005.